



## UNGULANI BA KA KHOSA NA IMPRENSA (1982-1996)

*UNGULANI BA KA KHOSA IN THE PRESS (1982-1996)*

*UNGULANI BA KA KHOSA EN LA PRENSA (1982-1996)*

Fernanda Bianca Gonçalves Gallo<sup>1</sup>

### RESUMO:

Destacando a importância da atuação de escritores como Ungulani Ba Ka Khosa na imprensa moçambicana, esse artigo busca explorar um conjunto de textos dispersos e publicados entre 1982-1996 nos periódicos *Diário de Moçambique*, *Savana-Semanário Independente* e revista *Tempo* disponíveis no Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC). Argumenta-se que os textos encontrados, aqui entendidos como fontes documentais da pós-colônia (Mbembe, 2001), desafiam narrativas pré-estabelecidas, dialogam com um vasto público e oferecem uma interpretação (assim como uma imaginação) sobre as várias e complexas questões que assolavam o país naquele preciso momento.

**PALAVRAS-CHAVE:** imprensa, literatura, Moçambique.

### ABSTRACT

*Highlighting the importance of the work of writers such as Ungulani Ba Ka Khosa in the Mozambican press, this article explores a set of disperse texts published between 1982-1996 in the periodicals Diário de Moçambique, Savana-Semanário Independente and Tempo, available at the Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amilcar Cabral (CIDAC). It is argued that the texts found, here understood as documentary sources of the post-colony (Mbembe, 2001), challenge pre-established narratives, dialogue with a vast audience and promote an interpretation (as well as an imagination) about the various and complex questions that ravaged the country at that precise moment.*

**KEYWORDS:** press, literature, Mozambique.

### RESUMEN:

*Destacando la importancia de escritores como Ungulani Ba Ka Khosa en la prensa mozambiqueña, este artículo busca explorar un conjunto de textos dispersos publicados entre 1982-1996 en los periódicos Diário de Moçambique, Savana-Semanário Independente y la revista Tempo disponibles en el Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amilcar Cabral (CIDAC). Se argumenta que los textos encontrados, entendidos aquí como fuentes documentales poscoloniales (Mbembe, 2001), desafian las narrativas preestablecidas, dialogan con una amplia audiencia y ofrecen una interpretación (así como una imaginación) sobre los diversos y complejos temas que han assolado el país en ese preciso momento.*

**PALABRAS-CLAVE:** prensa, literatura, Mozambique.

*Não há no mundo fruição alguma que não traga sobressaltos*

1 Historiadora (UDESC), Mestre em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA), Doutora em Antropologia Social (UNICAMP) e Pos-doutoranda em Teoria e História Literária (UNICAMP). Bolsista FAPESP, processo n 2018/04573-9.





Figura 1 - *Diário de Moçambique*, 27 de nov. de 1982

Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (Lisboa)

Nascido no cerne de um país onde o poder político se centra ao sul, Ungulani Ba Ka Khosa tem uma trajetória de vida diversa que, assim como as várias fases do *Ngodo*<sup>2</sup> orquestrou uma voz singular que inclui a atuação em jornais e revistas como contista, editor, colaborador, crítico literário e cronista. Embora sua faceta mais conhecida seja a de romancista, conforme evidenciam os diversos prêmios que recebeu<sup>3</sup>, Ba Ka Khosa começou sua vida profissional como professor de História e Geografia, o que certamente lhe despertou o interesse em aprofundar determinados temas do passado e lhe forneceu subsídios para questionar a narrativa histórica elaborada pelo projeto nacionalista do pós-independência, uma das características de seu projeto literário. Numa das muitas entrevistas que concedeu, o autor situa que o processo que o levou a se tornar professor foi uma diretiva presidencial de 8 de março de 1977, que convocou dezenas de jovens a Maputo para frequentar um curso intensivo de formação de

2 Título genérico na língua chope dado à orquestra de marimbas que, em geral, comporta onze momentos. A divisão do *Ngodo* foi utilizada como estratégia narrativa por Ba Ka Khosa para separar os capítulos de seu livro *Entre memórias silenciadas* (2013).

3 Para citar apenas um exemplo, sua obra *Ualalapi* (1987) recebeu o Grande Prêmio de Ficção Narrativa em 1990, o Prêmio Nacional de Ficção em 1994 e foi eleita um dos 100 melhores romances africanos do século XX.

professores, encaminhando-os a atuações profissionais determinadas pelo partido. Segundo o autor, esse teria sido o marco de rompimento político pessoal com o poder pós-independente, sobretudo porque seu desejo era cursar direito<sup>4</sup>. Após concluir um curso que não desejava, Ba Ka Khosa foi enviado para lecionar na província do Niassa, “uma espécie de Sibéria cá do sítio para onde eram enviados os reeducandos todos” (LABAN, 1998, p. 1052). A experiência vivida no extremo norte do país – onde presenciou as péssimas condições dos campos de reeducação e os castigos físicos públicos aplicados a homens e mulheres – teria lhe marcado profundamente, fazendo nascer uma necessidade de escrever. Em suas palavras, foi ali que começou “a sentir a necessidade, realmente, de escrever, para falar dessa realidade e expor o que muitas pessoas não sabiam” (CHABAL, 1994, p. 310). Contudo, o tema dos campos será abordado apenas 20 anos depois de sua experiência no Niassa, através do romance intitulado *No reino dos abutres*, de 2002, reescrito e publicado como *Memórias silenciadas* em 2013<sup>5</sup>. Em 1980, o então professor retorna a Maputo para trabalhar no ministério da educação, quando começa sua atividade literária na página cultural “Diálogo” do jornal beirense *Diário de Moçambique*<sup>6</sup> – com a publicação do conto “*Dirce, minha Deusa, nossa Deusa*” (1982), assinando como Ungulani Ba Ka Khosa<sup>7</sup>. O conto, após ser recusado pelo jornal *Domingo* e pela revista *Tempo*, teve boa repercussão devido a uma resenha publicada duas semanas depois no próprio *Diário de Moçambique*, abrindo espaço para outros textos do autor, a exemplo de “*A Minha morte*”, publicado em dezembro de 1982. No mesmo ano, Ba Ka Khosa entra para a Associação dos Escritores Moçambicanos (AEMO), logo após a instituição ser criada num contexto no qual “O escritor é chamado a levar a literatura a realizar a sua função pedagógica”<sup>8</sup>, conforme assinalou o poeta e membro fundador da FRELIMO Marcelino dos Santos, durante a conferência que oficializou sua criação. Mas, ao contrário de textos apologéticos ao poder recém-instituído, Ba Ka Khosa funda, em parceria com outros jovens escritores, a *Charrua-Revista Literária* (1984-1986), que buscou libertar a prática literária de certos determinismos ideológicos e possibilitar a subjetividade criativa (e crítica) dos escritores.

---

4 Sobre a experiência do Centro 8 de março, Ba Ka Khosa afirma que a frustração em não poder escolher os cursos desejados era geral, aspecto reforçado pela militarização do local: “Tínhamos que rapar o cabelo como militares, aprendíamos a marcha militar — houve uma tentativa de militarização no sentido de impor uma disciplina” (LABAN, 1998, p. 1049).

5 Os campos de reeducação, para onde foram enviados os identificados como opositores, corruptos, subversivos ou improdutivos, existiram em várias regiões e alguns deles duraram até meados da década de 1980. Sobre o assunto, ver: MACHAVA, Benedito. *Reeducation Camps, Austerity, and the Carceral Regime in Socialist Mozambique (1974-79)*, *Journal of African History*, 60, 3, 2019, p. 429-455.

6 Espaço onde também iniciaram a atividade literária escritores como Aldino Muianga, Marcelo Panguana, Eduardo White, Filimone Meigos, entre outros.

7 Hungulani Ba Ka Khosa Banhingue foi seu tio-avô. Durante uma cerimônia familiar paterna, o então Francisco Esaú Khosa teria sido rebatizado, adotando subsequentemente o nome de seu tio-avô como seu nome literário, sem o H (LABAN, 1998, p. 1045).

8 “Da escrita das armas à organização das armas literárias: criada Associação dos Escritores Moçambicanos”. *Tempo*, Maputo, n.º. 622, 12 de set. 1982, p.53-58.

A imprensa foi um espaço privilegiado para que Ungulani Ba Ka Khosa, assim como outros escritores do país, iniciasse sua atividade literária e desafiasse – através de crônicas, contos, textos de opinião e, mais tarde, romances – o discurso oficial, reivindicando o “direito de pensar diferente. O direito de dissentir” (BA KA KHOSA, 2017, p. 17)<sup>9</sup>. De fato, a relevância do jornalismo na disseminação da produção literária foi alvo de inúmeras pesquisas, parte delas reunidas no livro *140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos* (RIBEIRO e SOPA, 1996). Francisco Noa (2008, p. 35), por exemplo, destaca que, até meados dos anos 1980, a maior parte dos textos literários produzidos em Moçambique era difundida na imprensa, sendo o *Boletim do Governo da Província de Moçambique* (1854-1898) o responsável por inaugurar a tipografia num país que, até sua independência (1975), teria publicado cerca de 239 periódicos com variadas características (RIBEIRO, 1996). No século XIX, por exemplo, embora os jornais estivessem imbuídos da mundividência portuguesa e comprometidos com os interesses coloniais, as posições políticas relativas ao então governo monárquico eram distintas, tal como evidenciam os jornais *O Progresso*, publicado na Ilha de Moçambique e censurado após sua única edição de abril de 1868 denunciar um caso judicial envolvendo o governador geral, ou ainda o jornal *O Gato* (1880-1882), crítico ao governo e que teria sido atacado por publicar, segundo os apoiadores do próprio governo, “excremento de literatura nacional” (FONSECA e GARCIA, 2013, p. 118). Já a primeira revista literária do país, a *Revista Africana* (1885-1887), foi criada pelo poeta José Pedro da Silva Campos de Oliveira na Ilha de Moçambique e dinamizou o pequeno círculo literário de então<sup>10</sup>.

Contudo, embora tais periódicos indiquem certa heterogeneidade nas suas linhas editoriais, é nos jornais bilíngues (português-ronga) *O Africano* (1908-1920) e *O Brado Africano* (1918-1974) que as reivindicações dos chamados “filhos da terra” atuarão de forma mais consciente no que se refere à denúncia da exploração colonial e seu pretensão discurso civilizacional. Esta imprensa de “cariz africano” (CAPELA, 1996, p. 13), atenta aos problemas dos próprios africanos, será “a via utilizada para protestarem contra os abusos coloniais e defenderem seus interesses como elite local. (LEITE, 2008, p. 65). *O Brado Africano* também atuou na circulação de textos literários em sua página *Brado Literário* (renomeada de *Divulgação Cultural*) com contribuições de José Craveirinha, Noémia de Sousa, Rui Nogar, António Bronze e outros. Já o *Itinerário: publicação mensal de letras, arte, ciência e crítica* (1941-1955), a página literária do jornal *Notícias* chamada *Sulco* (1944-1945) e o *Jornal da*

---

9 Ba Ka Khosa também escreveu roteiros para o cinema, foi diretor-adjunto do Instituto Nacional de Cinema e Audiovisual de Moçambique e diretor do Instituto Nacional do Livro e do Disco. As obras literárias publicadas pelo autor, até o momento, são: os romances *Ualalapi* (1987), *No reino dos abutres* (2002), *Os sobreviventes da noite* (2005), *Choriro* (2009) e *Gungunhana* (2018); os livros de contos *Orgia dos loucos* (1990) e *Histórias de amor e espanto* (2008); o livro infanto-juvenil *O Rei Mocho* (2012) e o livro de crônicas *Cartas de Inhaminga* (2017).

10 Outro veículo que apresentava, de certa maneira, um teor literário ou lúdico foi o *Mêz* (1893-1895), de Quilemane, que se apresentava como um *Jornal Humorístico de Literatura e Charadas*, rebatizado como *Echo da Zambézia*. Já em Lourenço Marques, circularam o *Miragem: Revista Semanal de Arte e Crítica* (1930-1932) e o *Anseio: Folha de Literatura e Crítica* (1934-1936).

*Mocidade Portuguesa* (1947) contribuíram para o que Francisco Noa chamou de “agitação cultural entre a juventude urbana moçambicana” (NOA, 1996, p. 238). Importa situar que, a partir da instituição do Estado Novo português, novos decretos estabelecem a censura na imprensa<sup>11</sup> em paralelo ao desenvolvimento de uma imprensa atrelada à igreja católica, a exemplo do singular caso do *Diário de Moçambique*, lançado em 1950 pelo Bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende, que, para grande incômodo da administração portuguesa, tornou-se um crítico do capitalismo e da exploração colonial ao “preconizar a independência de Moçambique como único meio de libertação” (CAPELA, 1996, p. 23)<sup>12</sup>. Em referência à circulação literária no período colonial, existiram outros periódicos, com destaque para as revistas *Msaho: folha de poesia em fascículos* (1955), *Caliban* (1972) e a *Voz de Moçambique* (1960) – cuja seção Livros, renomeada *Artes e Letras*, reunira poetas e contistas já conhecidos (NGOMANE, 1996) –, bem como para as seções do jornal *Tribuna* intituladas *Apontamentos Literários e Xipalapala*, que contaram com contribuições de Lina Magaia, Malangatana, Albino Magaia, Orlando Mendes, José Craveirinha e outros. Somam-se a esses periódicos a revista *Tempo* com sua seção *Letras e Artes*, criada em 1973, e o jornal *Notícias*, que, desde sua inauguração em 1926, vem publicando diferentes páginas literárias e culturais (NOA, 1996).

No pós-independência, conforme resumiu o jornalista moçambicano Leite de Vasconcelos (1996), o centralismo e o dirigismo do partido teriam levado a uma rejeição integral aos meios de informação constituídos no tempo colonial, incluindo experiências jornalísticas importantes do país como *O Brado Africano*. Vasconcelos pontua que o controle da comunicação como parte da estratégia política da independência acabou se desvirtuando, pois, com o tempo, “foram-se impondo mecanismos burocráticos do dirigismo, que degeneraram em múltiplas interferências autoritárias” (VASCONCELOS, 1996, p. 140). De todo modo, o jornalista avalia que não houve propriamente uma censura institucionalizada, e sim a preponderância de uma visão maniqueísta (reacionário x revolucionário, velho x novo, mal x bem) na imprensa moçambicana pós-1975. Na década de 1980, observa-se o surgimento de novas revistas literárias, entre elas a já mencionada *Charrua; a Xiphêfo*, de Inhambane; *a Forja e a Eco*, ligadas à Universidade Eduardo Mondlane; e a *Lua Nova*, ligada à AEMO. Estas, somadas à circulação nas páginas literárias e culturais dos jornais *Domingo*, a revista *Tempo* (especialmente através da seção *Gazeta de Artes e Letras*), o *Diário de Moçambique* e o *Notícias*, entre outros, dinamizaram o cenário literário pós-independência. Na década de 1990, com a nova constituição do país, a imprensa deixou de ser controlada pelo Ministério da Informação, possibilitando o surgimento de órgãos comunicativos independentes, como, por exemplo, a cooperativa *Mediacoop*, *Jornalistas Associados*, que promoveu duas novas publicações: O *Mediafax*, de 1993, e o

11 Decreto n.º 12.271 de 3 de setembro de 1926 e Decreto n.º 22.469 de 11 de abril de 1933.

12 O *Diário de Moçambique* se negou a apoiar o general Delgado, candidato oficial a presidência, noticiou as primeiras ações da FRELIMO e denunciou os abusos cometidos pelas autoridades coloniais, evidenciando, mais uma vez, que toda história é repleta de fissuras cabendo a nós, pesquisadores, rejeitarmos análises puramente dicotômicas que reduzem (e falseiam) a história.

*Savana–Semanário Independente* em 1994, com uma pequena página destinada à cultura, inicialmente coordenada pelo escritor Filimone Meigos.

Esse breve (e parcial) recuo histórico à imprensa moçambicana evidencia a importância da atividade literária nas revistas e jornais, sobretudo se levarmos em conta os momentos de circulação e censura a que determinados textos foram submetidos nos diferentes períodos sociopolíticos do país. Um dado importante que corrobora essa afirmação foi relatado pelo próprio Ba Ka Khosa ao mencionar que um dos capítulos de *Ualalapi*, “A morte de Mputa”, foi recusado pelo então diretor da *Gazeta de Artes e Letras*, Albino Magaia, justificando a agressividade do texto e afirmando: “Em livro, o impacto vai ser outro” (LABAN, 1998, p. 1067). A recusa de Magaia em “testar” – expressão usada por Ba Ka Khosa ao explicar seu desejo de publicar o texto no semanário – evidencia a preponderância da circulação de textos na imprensa e o relativo baixo impacto das obras literárias em livros, bem menos acessíveis ao público geral<sup>13</sup>. Como lembra Maria-Benedita Basto (2008), sobretudo no que se refere à Primeira República (1975-1986), a pesquisa na imprensa é fundamental para uma história da literatura em Moçambique. Isto porque, por um lado, ela funciona “como um diário íntimo coletivo e como difusor do programa ideológico do Estado, das suas regras definidoras da nova sociedade e do novo homem” (BASTO, 2008, p.77) no qual escritores e jornalistas teriam um papel de destaque e, por outro lado, o apelo à escrita em jornais e revistas criaria mecanismos variados de autocensura cujas fissuras “alguns irão utilizar, nomeadamente através da literatura” (BASTO, 2008, p. 77). Argumentamos que é justamente através das fissuras, primeiramente via imprensa e depois via livros, que Ungulani Ba Ka Khosa produz uma voz dissonante e singular.

Com isso, e destacando a importância do espaço de atuação de escritores como Ungulani Ba Ka Khosa na imprensa moçambicana, este artigo busca explorar um conjunto de textos dispersos e publicados entre 1982-1996 em jornais e revistas como o *Diário de Moçambique*, o *Savana–Semanário Independente* e a revista *Tempo* disponíveis no Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC) de Lisboa, a quem agradecemos a sempre amável disponibilidade. Pela natureza fragmentária do *corpus* documental, não se trata de mapear as intervenções de Ba Ka Khosa em jornais e revistas, mas de explorar a potencialidade dos textos encontrados entre as décadas de 1980 e 1990, aqui entendidos como fontes documentais da pós-colônia (MBEMBE, 2001) e que, argumentamos, desafiam narrativas pré-estabelecidas, dialogam com um vasto público e oferecem uma interpretação (assim como uma imaginação) sobre as várias e complexas questões que assolavam o país naquele preciso momento.

---

13 “A morte de Mputa” será publicado em 1989 no *Diário de Moçambique*, confirmando a questão da autocensura exercida por alguns agentes culturais na Primeira República, afinal, o texto considerado “agressivo” para o semanário *Tempo* foi aceito, alguns anos depois, em outro veículo jornalístico de grande circulação no país. Ainda sobre o tema da autocensura, o próprio Ba Ka Khosa lembra que ele e demais colegas da *Charrua* não permitiram que Eduardo White publicasse uma crítica direcionada a um livro de Sérgio Vieira que, na altura, era ministro da defesa (LABAN, 1998).

\*\*\*

Em junho de 1994, poucos meses antes das primeiras eleições multipartidárias realizadas em Moçambique<sup>14</sup>, Ungulani Ba Ka Khosa publicou uma crônica intitulada “A permissividade do moçambicano”<sup>15</sup> no recém-criado *Savana–Semanário Independente*. O texto faz uma dura crítica ao moçambicano que “sente-se gratificado em ostentar em tudo o que é estrangeiro o seu desajeitado marfim” (KHOSA, 1994, p. 20), em referência ao suposto episódio no qual o embaixador norte-americano Denis Jett teria “sacado o revólver e disparado à toa as balas da humilhação num dos muitos átrios de troca galhardetes que pontificam na parte mais chique da cidade” (KHOSA, 1994, p. 20). Sem se deter propriamente aos fatos – se é que o “fato” teria mesmo ocorrido ou seria apenas um modo de abordar o crescente poder estrangeiro no país –, o texto direciona uma crítica ao jornalista Carlos Cardoso quando este publica no *Mediafax* uma opinião – “fórmula mágica”, segundo Ba Ka Khosa –, defendendo a unidade regional da África Austral como solução para “se safar dos humilhantes sermões dos ricos” (KHOSA, 1994, p. 20). Ao reagir à proposta de Cardoso, Khosa compara a situação contextual da política moçambicana à prostituição feminina, na qual a África do Sul seria a “meretriz mãe” e Moçambique uma prostituta que deveria exigir respeito dos clientes e não ser levada por quinquilharias. No que pese o gosto duvidoso ao comparar a subserviência da política moçambicana ao trabalho das profissionais do sexo, o texto de Ba Ka Khosa aponta para as profundas transformações empreendidas na década de 1990 com a nova constituição, a assinatura dos Acordos Gerais de Paz (1992) que pôs fim aos 16 anos da guerra civil, a introdução do multipartidarismo e a latente abertura ao capital liberal estrangeiro. Ao falar da “permissividade”, Ba Ka Khosa se opõe à regionalização, poucos anos após a criação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (1992), temendo a repetição do domínio histórico que a África do Sul exerceu sobre Moçambique desde o período colonial. Na crônica “As minhas dúvidas”<sup>16</sup>, por exemplo, o autor desenha uma interessante representação da África do Sul e seu novo poder democrático capitalista ao se perguntar o que esperar da relação, especialmente no campo da indústria cultural, com este “Titanic que emerge das profundezas cinzentas da História, com brilho de predador faminto e a agressividade de uma pantera domesticada?” (KHOSA, 1994, p. 20).

As novas configurações políticas em Moçambique da década de 1990, sobretudo no que se refere ao crescente número de privatizações resultante da liberalização econômica, foi alvo de inúmeras críticas do jornal *Savana* e de diferentes intelectuais moçambicanos, entre eles Ba Ka Khosa. Segundo Crawford Young (2004), ainda na década de 1980, com o abandono do estado autocrático patrimonial, um necessário debate em torno da democracia foi sendo

---

14 Nas primeiras eleições multipartidárias o candidato da FRELIMO, Joaquim Chissano, presidente da república desde 1986, saiu vitorioso e os resultados foram contestados pelo principal opositor, a RENAMO.

15 *Savana*, Maputo, 29 julho de 1994, p. 20.

16 *Savana*, Maputo, 6 de maio de 1994, p. 20.

atrelado, em parte, ao surgimento da noção de sociedade civil, um termo pouco utilizado no contexto africano até então. Assim, a década de 1990 seria o marco da desilusão com os estados africanos independentes. Nesta direção, tanto os textos dos editoriais do jornal *Savana* quanto as crônicas de Ba Ka Khosa parecem convergir ao abordar o desapontamento frente ao crescimento do livre mercado e da influência política e econômica dos estrangeiros detentores (e doadores) do capital, situação que acabou por beneficiar a elite política no poder desde a independência. Portanto, destaca-se o esforço do jornal em se manter independente do poder político por meio de seu estatuto que impedia os jornalistas associados de trabalharem no governo, conforme informou Salomão Moyana (1996), um dos fundadores do *Savana*.

O tema da sociedade de consumo em conjunto com o discurso desenvolvimentista de muitas ONGs e organismos bilaterais que aterraram de vez no país seria retomado na crônica “A caminho da jangada do consumo”<sup>17</sup>, na qual Ba Ka Khosa destaca o papel da cultura, seu campo prioritário de reflexão – folclorizada pelo colonialismo e subestimada nos primeiros 11 anos de governo pós-independência, segundo o autor –, como fundamental para o país “marcar a diferença no concerto das outras nações” (KHOSA, 1994, p. 20). Tecendo críticas à burocratização do ministério da cultura, ao desconhecimento dos diretores provinciais da cultura e dos próprios administradores distritais acerca das especificidades culturais locais, Ba Ka Khosa defende na crônica uma maior autonomia para setores como museus, arquivos, rede de bibliotecas públicas, teatro, dança, cinema etc., advertindo que a verdadeira riqueza do país seria sua diversidade cultural, algo que ele enfatizará em várias crônicas, contos, romances e textos de opinião durante sua trajetória. Ao percorrer o “caminho da jangada”, o escritor situa que nos então 19 anos do país nunca houvera um assessor da presidência para a área da cultura, ausência que levaria o presidente a reproduzir as mesmas palavras vazias sobre o desenvolvimento, independentemente da província em que estivesse. Ou seja, o desenvolvimento restrito à economia e ignorante da diversidade de mundividências locais seria ineficaz já que, segundo Ba Ka Khosa, uma economia desatrelada da evidente complexidade cultural “transformará este país num simples e patético marionete na jangada universal do consumo” (KHOSA, 1994, p. 20). Sobre os 19 anos da independência, na pequena crônica intitulada “25 de junho”, Ba Ka Khosa se perguntaria: “Hoje, descerradas as velas da nau ilusória do nosso crescimento, arrumadas as cartilhas dos dizeres imbatíveis, guardadas as roupas únicas do aprumo nacional, eis que fica a pergunta: o que comemorar?” (KHOSA, 1994, p. 23)<sup>18</sup>. A desilusão acerca dos rumos da nação *durante década de 1990*, manifesta nos exemplos textuais aqui indicados, evidencia o papel de interventor social do escritor Ungulani Ba Ka Khosa, que, de forma provocatória e frontal, problematizou questões do dia a dia de seu país, aproveitadas em suas obras literárias publicadas em livro.

17 *Savana*, 3 de jun. de 1994, p. 20.

18 *Savana*, Maputo, 24 de jun. de 1995, p.23.



\*\*\*

É importante destacar que, desde o início dos anos 80, bem antes da chamada democratização, Ba Ka Khosa já anunciava em seus textos na imprensa a preocupação com os problemas cotidianos que assolavam o país naquele momento, como as infundáveis *bichas*, ou filas, formadas diariamente à procura de bens de primeira necessidade que acabavam resultando na atuação das *candongas*<sup>19</sup> e, não raro, no envio dos “especuladores” aos campos de reeducação, como veremos abaixo. Conforme pontua Filimone Meigos no posfácio de *Estórias de amor e espanto*, obra que reúne cinco contos de Ba Ka Khosa anteriormente publicados na imprensa<sup>20</sup>, a década de 1980 teria sido “estruturante” para a geração de escritores que despontava em Moçambique independente, sendo que a produção literária de Ba Ka Khosa “escalpeliza essa emblemática época” (MEIGOS, 2008, s/p). Devido à relevância “emblemática” deste período, incluindo a estreia literária de Ba Ka Khosa, vamos nos ocupar de forma mais detalhada nos anos 80, para buscar entender o contexto que o teria estruturado como um singular escritor.

Desde o início de sua atividade literária, Ungulani Ba Ka Khosa se apresenta como uma voz crítica aos rumos da nação e isso pode ser observado, entre outros elementos, a partir da criação de personagens que escapam da idealização do chamado “Homem Novo” moçambicano, bastante divulgado na imprensa do país, nas diretrizes políticas e nos discursos de quadros governamentais e documentos oficiais durante a Primeira República. Um dado que indica o pioneirismo de Ba Ka Khosa aparece na primeira publicação do autor, o conto “Dirce, minha Deusa, nossa Deusa”, publicado em 27 de novembro de 1982 no *Diário de Moçambique*. Se nos detivermos na análise dessa edição jornalística, veremos a preponderância do discurso oficial do poder desde a capa (reproduzida no início deste texto), que destaca um trecho das teses elaboradas a partir do IV Congresso da FRELIMO acerca dos pré-requisitos para a “vitória contra o subdesenvolvimento”. E, logo abaixo, uma manchete que anuncia a reconvocação da 19ª Cimeira da Organização da União Africana (OUA) com uma foto de Samora Machel em sua conhecida pose com dedo em riste e mão na cintura. Em seguida, noticia-se, de um lado, a reunião realizada por Jorge Rebelo “destinada a conhecer o trabalho desenvolvido pelos diversos sectores da sociedade, no âmbito da Emulação Socialista e do Plano Suplementar em apoio ao IV Congresso” e, de outro lado, uma reunião do comitê provincial em Chimoio. Exprimida entre as duas notícias políticas, um quadrado com a frase “Literatura em liberdade” parece desafiar as palavras de ordem, indicando que o assunto seria abordado nas páginas centrais. A capa contém ainda uma parte destinada ao futebol acompanhada de uma imagem e, no canto inferior direito, destaca a notícia “jovens da Beira promovem marcha”. Para finalizar, em letras grandes e com fundo vermelho, destaca-se a frase “Viva a Independência Nacional!”. A capa convoca os leitores a se inteirarem dos assuntos políticos de então, explicitando seu

19 Contrabando de gêneros alimentícios.

20 São eles: “Dirce”; “Confissão”; “Construção”; “Uma pequena história”; “A minha morte”.

posicionamento junto ao partido no poder. Tal alinhamento prossegue na seção “Nacional” com um inquérito intitulado “O que pensa do envio dos candongueiros ao tribunal militar revolucionário?”, no qual os únicos dois participantes aprovam o envio, chamando atenção para a importância da “vigilância popular” em relação a tal prática. Logo abaixo, e para servir de exemplo aos leitores, uma notícia destaca o envio de Issufu Jemusso Cacá Jamú, comerciante e natural de Buzi, a um campo de reeducação pelo crime de “especulação”. Issufu teria comprado 70 quilos de farinha ao preço de 1500 meticais e os revendido por 1700, sendo a pena pelo lucro convertido em 23 meses de prisão, 210 mil meticais de multa, 1000 meticais de impostos e 500 meticais de emolumentos. Reuniões dos comitês do partido, incluindo o encontro de veteranos da luta armada em Beira, distribuição de cartões de residência, formação de agentes e auxiliares e divulgação de outras teses do IV Congresso completam a seção. Já a seção internacional centra-se nos acontecimentos políticos do continente africano, em notas de apoio à Palestina e na crítica aos Estados Unidos e à África do Sul, evidenciando o contexto político da Guerra Fria.

Mas o que nos interessa de maneira particular nesta edição é a página cultural “Diálogo”, onde se destaca a primeira publicação de Ba Ka Khosa que narra a história da separação entre Elias e Dirce. Sendo Elias o narrador e alguém que teria se tornado “ambíguo, incerto como a palavra literária” (KHOSA, 1982, p. 8), e Dirce, “A deusa sincrética africana, a deusa da pequena burguesia, a minha Deusa” (KHOSA, 1982, p. 8), descrições que desvirtuam a noção moralizante encabeçada pela figura do tipo ideal comprometido com os valores cristalinos da revolução. Sobretudo Dirce, a “Deusa do progresso” (KHOSA, 1982, p. 8), a incompreendida pelos “hereges” que, ao se depararem com a falta de alienação da mulher, “instauram a inquisição” (KHOSA, 1982, p.9), escapa frontalmente da idealização do feminino construída nos espaços de poder oficiais como a Organização das Mulheres Moçambicanas (OMM). Conforme afirma a pesquisadora moçambicana Catarina Casimiro (2020), os programas e projetos elaborados no âmbito da OMM não questionavam as desigualdades de gênero no país ou o controle de recursos e poder, resultando em “políticas que reproduziam e não punham em causa as tarefas da mulher – dona de casa e trabalhadora – no âmbito da divisão sexual do trabalho, sendo ela vista como beneficiária passiva do desenvolvimento” (CASIMIRO, 2020, p. 78). Como observa a pesquisadora, se para a narrativa oficial a mulher seria uma passiva beneficiária do desenvolvimento socialista – marcado pelo conservadorismo moralista e disciplinado, daí o envio de centenas de prostitutas aos campos de reeducação –, a personagem Dirce é apresentada como uma mulher confrontadora que diz a Elias: “Não finjas. Toleraste-me porque não conseguiste tornar-me tua doméstica. Pensaste que o tempo me colocaria nos carris” (KHOSA, 1982, p.9). Teria sido a liberdade da personagem Dirce o motivo da recusa da publicação do conto, por duas vezes? Embora não se saiba a resposta, foi desse modo particular, e já rompendo com a imagem da mulher idealizada segundo a ideologia de então – aliás, a ela se contrapondo, afinal Dirce seria “uma Deusa sincrética” e “uma pequena burguesa” – que Ungulani Ba Ka

Khosa se apresenta ao público. Na mesma página literária “Diálogo”, o texto “Literatura em Liberdade”, assinado por Orlando Mendes, destaca a necessidade de libertar a escrita, já que grande parte da poesia produzida no pós-independência, “porque circunstancial e tendente a subordinar os temas especificamente a palavras de ordem, têm o conteúdo empobrecido e o nível formal notoriamente fraco” (MENDES, 1982, p.9). Juntam-se aos já referidos textos dois poemas de Felismina Chauque e um de Salomão António, um conto popular intitulado “O coelho e a gazela”, não assinado, breves notícias literárias reproduzidas da imprensa da RDA e URSS e uma seção de crítica literária intitulada “Arte, História e Ficção”, não assinada, que analisa brevemente quatro obras sem lhes poupar críticas. Nessa única edição do *Diário de Moçambique*, podemos entrever que, além de se configurar como um relevante espaço de circulação literária impressa localizada fora da capital do país, a página “Diálogo” possibilitou que escritores e críticos, por meio do texto literário, encontrassem fissuras dentro das políticas partidárias centralizadoras.

Outro exemplo de texto publicado na página “Diálogo” por Ungulani Ba Ka Khosa é o intitulado “A minha morte”, que narra a história da personagem João ao sonhar ter morrido numa das *bichas* de Maputo, após clamor do povo que o acusava de ser privilegiado por frequentar *bichas* de outras espécies. No sonho – e apenas no sonho, já que depois do pesadelo João desperta no conforto da sua casa – as pessoas da *bicha* lhe gritavam:

– Tens tudo em casa – agora são as vozes em uníssono, que rasgam o céu, se não tens, é o teu criado que luta, que sofre, que chora na bicha. Nunca vais a bicha, a nossa bicha, entendes? Nunca! A tua bicha é outra. É de coisas finas, requintadas, viste? (*Diário de Moçambique*, 11 de dez. de 1982, p.8-9)

O fato de frequentar *bichas* de outra espécie e não as mesmas *bichas* do povo – “a nossa bicha” – confere um tom crítico ao contexto em que se estabeleceu o planejamento econômico da Primeira República. Inicialmente, as “Lojas do Povo” controladas pelo partido através da distribuição de cartões de abastecimento deveriam suprir as demandas da população. Contudo, devido à ineficiência das Lojas, os estabelecimentos particulares foram, aos poucos, sendo permitidos, mas com os preços controlados pelo governo. Soma-se a isto o fato de que os estrangeiros, os “cooperantes” da revolução, tinham o privilégio de comprar nas chamadas “lojas francas”, onde a oferta de produtos era sensivelmente mais diversificada, com “coisas finas, requintadas”. Embora seja acusado de levar uma “vida abjeta”, a personagem pergunta a seus algozes se seria verdade que ele jamais voltaria à vida, ao que as pessoas respondem laconicamente: “Depende de ti”, conduzindo-a, e eventualmente o leitor, a um exame de autoconsciência sobre os privilégios existentes numa sociedade que propagava o fim da exploração do homem contra o homem.

As muitas dificuldades enfrentadas diariamente pela população na aquisição de bens básicos são observáveis na seção “Carta dos Leitores” existente nos mais variados veículos da

imprensa moçambicana nas décadas de 80 e 90. O tema do favorecimento de certos indivíduos nas *bichas*, abordado no conto de Ba Ka Khosa, por exemplo, aparece na carta escrita por Beatriz Elias Muchanga e Glória de Lurdes, intitulada “Para comprar coisas é preciso ser-se registado?”. Nesse texto, as duas contam que se dirigiram à *bicha* do supermercado de Matacuane, pois teriam sido avisadas de que às 9h00 haveria cerveja e, por precaução, chegaram 4 horas antes, quando ainda ninguém lá estava, momento em que ironicamente relatam: “pusemos-nos à porta, uma atrás da outra, pensando que seríamos as heroínas do tropel que muito não faltava para seu início”<sup>21</sup>. Contudo, logo às 7h00, duas senhoras chegaram à *bicha* alegando serem “resgatas” e levaram toda a cerveja disponível, para completo desgosto (e sede) de Beatriz e Glória.

Outro problema enfrentado pela população, destacado tanto nos textos de Ba Ka Khosa na imprensa quanto nos de opinião e cartas de leitores, refere-se ao descontrole dos preços de bens. Na mesma edição onde foi publicado o conto “A minha morte”, na seção “Opinião divulgação”, um texto intitulado “O controlo dos preços” denunciava que “a arbitrariedade na fixação de preços no comércio local grassa os anais do paradoxo e do insólito”<sup>22</sup>. Em agosto de 1982, uma nota publicada na capa do jornal beirense intitulada “Orientações para disciplinar a comercialização de calçado”<sup>23</sup> noticiava a ofensiva de Jorge Rabelo, secretário do comitê central para o trabalho ideológico do partido FRELIMO, direcionada às células do partido, grupos dinamizadores e estruturas do comércio para controlar o preço dos calçados. É precisamente a dificuldade de um pai para comprar um sapato para seu filho – que acaba roubando o bem – o enredo do conto “Confissão”,<sup>24</sup> publicado na revista *Tempo* em 1984 e que teria gerado questionamentos dentro da própria Frelimo, especialmente pelo trecho “A pátria está a fornicar-me” (KHOSA, 1984, p. 40), dita pelo personagem principal. A frase teria rendido ao escritor uma convocação feita por Marcelino dos Santos para explicar seu teor, mas o escritor acabou por escapar de uma eventual punição (LABAN, 1998, p. 1060). Após a publicação de “Confissão”, o texto “A revolta” também foi recusado pela *Gazeta de Artes e Letras da Tempo*, sendo publicado no livro *Orgia dos Loucos*. Aliás, as recusas nos jornais e revistas (que aumentaram após o episódio de “Confissão”) fizeram com que Ba Ka Khosa reunisse esforços para publicar seus textos em livros que, a princípio, seriam mais fáceis de escapar do crivo do poder estabelecido.

Fatos de grande impacto no país, como era de se esperar, não foram ignorados pelo autor em suas intervenções na imprensa. Na edição da revista *Tempo* de dezembro de 1986, Ba Ka Khosa publicava o conto “Rascunhos de uma história por escrever”<sup>25</sup>, onde aborda a morte do

21 *Diário de Moçambique*, Beira, 10 de nov. de 1982, p. 13.

22 *Diário de Moçambique*, Beira, 11 de dez. de 1982, p. 13.

23 *Diário de Moçambique*, Beira, 16 de ago. de 1982, p.

24 *Tempo*, Maputo, jul. de 1984, p. 40-42.

25 *Tempo*, Maputo, dez. de 1986, p. 42

presidente Samora Machel. Frente ao “silêncio nas casas anônimas”, o narrador senta-se para escrever, a pedido do filho, uma história sobre o presidente e é quando lhe vem à mente os antigos guerreiros bantus que teriam povoado aquela terra antes da chegada do vinho, do quinino, da sífilis, dos homens com cor de cabrito e dos batismos com nomes de santos desconhecidos. Em meio à melancolia que assolou todo o país, o narrador afirma que escreverá uma história nunca escrita. Um ano depois, o *Diário de Moçambique* publicava um excerto de “Último discurso de Ngungunhane” e destacava que “Ungulani Ba Ka Khosa é um dos valores mais firmes da nova geração de escritores do nosso país e este livro ‘Ualalapi’, confirma plenamente o que augurávamos”<sup>26</sup>. Anos depois, o texto “O culto da irreverência”<sup>27</sup> também será escrito em homenagem a uma importante personagem de Moçambique: o intelectual Antônio Quadros.

Em 1987, ano que ficou marcado pelo início do Programa de Reabilitação Econômica (PRE) com o apoio do FMI e do Banco Mundial<sup>28</sup>, Ba Ka Khosa publica na revista *Tempo* o conto “A praga”<sup>29</sup>, que narra a história de Luandle, uma criança diferente de todas as outras crianças *tsongas* devido ao infortúnio de ter nascido no mar, distante da solidez da terra. Com uma vida marcada por inúmeras adversidades – as cheias, as secas e a fome enfrentadas tanto à beira-mar quanto no interior, para onde se mudou com o pai após a morte prematura da mãe – a trajetória de Luandle é representativa das severas condições de vida da população moçambicana daquele período: “Dá o nome da morte ao teu filho” teria gritado o pai de Luandle após sucumbir sete dias em cima de uma árvore devido a uma assombrosa cheia. O texto também ironiza a introdução de produtos inadequados na zona rural como a cera para assoalhos em casas de adobe, além do paradoxo entre a venda de produtos como batons, sutiãs e papel higiênico e a miséria dos habitantes duramente representada pelo filho de Luandle que, devido à fome, passa a comer as crostas das próprias feridas.

Nesse contexto marcado pela fome, o PRE foi apresentado como um projeto salvacionista e amplamente defendido pelo governo. Aliás, para os que buscam distanciar o conteúdo de obras literárias de autoria africana do contexto político social em que elas foram escritas, é importante ter em conta que o próprio Ba Ka Khosa, ao se referir a seus contos tomando como exemplo, justamente, o conto “A praga”, afirmou: “As fontes mais importantes para mim é a minha realidade, por um lado. Em segundo lugar é toda a técnica narrativa moderna, em que eu possa pegar para retratar a minha realidade” (CHABAL, 1994, p. 313. Grifo nosso). Na mesma

26 *Diário de Moçambique*, Beira, 25 de julho de 1987, p. 6-7.

27 *Savana*, Maputo, 8 de jul. de 1994, p. 23.

28 Em 1990, o PRE seria transformado no Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES). Em linhas gerais, tais programas implicaram a abertura do mercado encabeçado pelo livre comércio, privatizações e nova estruturação social.

29 *Tempo*, Maputo, 23 de ago. de 1987.

edição de “A praga”, foi publicado “Descomprometer o PRE”, de Iscariotes Saguete, texto que satirizava o Programa ao discutir a falta de caixões na cidade do Maputo: “Antigamente, quer dizer antes do PRE, diziam que havia falta de matérias-primas. Agora falta dinheiro para comprar matérias-primas” (SAGUATE, 1987, p. 50).

No mesmo ano do PRE, Ba Ka Khosa publica o texto “Fragmentos de um diário”<sup>30</sup>, dedicado ao escritor Pedro Chissano, numa edição que dá ampla cobertura à visita do então presidente do país à província de Tete, severamente assolada pela guerra e pela seca. O diário é escrito pela personagem Dolores durante as semanas que antecedem seu suicídio, cometido logo após matar seu único filho, e faz referência à falta de perspectiva de futuro, conforme indica a passagem abaixo:

No dia, não muito distante, em que vi uma mulher, com um filho às costas, atirando-se aos testículos do controlador de senhas da cooperativa, exigindo que o homem distribuísse com dignidade as senhas para a compra do leite que tanta falta fazia ao filho e as outras crianças cujas mães se encontravam na bicha, cansadas, nervosas, impacientes mas esforçando-se ainda por rir do homem que gritava e chorava, pedindo aos presentes e ausentes que o acudissem, coisa que ninguém fez, e a mulher, irritada que estava, só o largou quando notou que os olhos do homem estavam a tomar rumos incertos. Deixei de ter futuro. Deixei de dar importância ao presente. Deixei de existir. (KHOSA, 1987, p. 50)

Neste ano de constante intervenção na imprensa, Khosa também publica a crônica “A cidade e os poetas”<sup>31</sup>, onde evoca espaços de Maputo como os bairros Malanga e Mafalala e as fronteiras entre o caniço, o asfalto e a baixa, representados por poetas como Calane da Silva, Craveirinha, Rui Knopfli e Grabato Dias, dos quais faz breves citações, apontando a ausência de poetas do presente a cantarem a cidade do Índico. Ao fim, convoca os poetas a falarem sobre (e na) complexa Maputo, destacando as contradições presentes:

no asfalto roto e remendado, nas lojas vazias e cheias, nos prédios de velhice precoce, nos dazibaos sem leitores, nas palavras de ordem comidas por traças pré-históricas (...) no whisky da sommerchild, na candonga do princípio do mundo (KHOSA, 1987, p. 48).

Ungulani também atuou como crítico literário, a exemplo do texto “A confirmação de um homem que nunca se demitiu da condição de poeta”<sup>32</sup>, em que destaca a coletânea de poesia “Por cima de toda a folha”, de Heliodoro Baptista, a quem chamou de “poeta de coisas inéditas” (KHOSA, 1988, p. 40). Outra experiência de Ba Ka Khosa na imprensa foram textos literários

30 Revista *Tempo*, 15 de nov. de 1987, p. 42-46.

31 Revista *Tempo*, 22 de nov. de 1987, p. 48.

32 Revista *Tempo*, 14 de fev. de 1988, p. 40-42.

curtos como a “Fábula do futuro”<sup>33</sup>, que, nos seus 3 parágrafos, discorre sobre “a democracia da natureza” ao observar o modo pelo qual o mar recebe a todos, já que o mar seria “o estuário que o engolfa, o delta que o atira desordenadamente, é a escória que se infiltra” (KHOSA, 1990, p. 49). Diversos dos textos aqui destacados foram republicados em diferentes veículos da imprensa e depois em livro. Tal o caso de “Dois anúncios”, que, em 8 de janeiro de 1983, consta no *Diário de Moçambique* e, em abril de 1984, na revista *Tempo*, apenas para citar um único exemplo. Contos compilados para os livros *Orgia dos loucos* (1990), *História de amor e espanto* (1993) e as crônicas de *Cartas de Inhaminga* (2017) também saíram primeiramente em jornais e revistas, evidenciando a atuação de Ungulani Ba Ka Khosa na imprensa de seu país.

\*\*\*

Quando questionado por Nelson Saúte acerca do papel da literatura e se ela poderia ser considerada um contrapoder, Ungulani Ba Ka Khosa não atribuiu um viés puramente utilitarista à prática literária, mas lembrou que:

Ela funciona como um alerta ao Poder. Funciona sempre como um elemento que não alinha com o Poder. Ou seja, por outras palavras: Enquanto o poder tenta servir e diz nos seus discursos toda a sua vertente ideológica e quer servir determinados interesses, a literatura funciona em relação a uma realidade, toda uma realidade social (SAÚTE, 1998, p. 307).

De fato, o que podemos observar desde o início da sua atividade literária na imprensa moçambicana é que seus textos não se coadunaram com as ideologias em vigor: desde a personagem Dirce, “a Deusa sincrética” que escapa da figura idealizada do homem novo – nesse caso da mulher revolucionária encabeçada por figuras históricas como Josina Machel ou Emília Daússe –, passando pelo ambíguo Elias ou ainda, pelo privilegiado personagem João do conto “A minha morte”, que desconhecia as *bichas* do povo. Os dramas atravessados por Moçambique, como a falta de bens de primeira necessidade resultantes em enormes bichas, o envio de pessoas aos campos de reeducação, a violenta guerra civil – ou dos 16 anos, se quisermos –, a concentração de poder e os favorecimentos ilícitos, assim como a heroicização de certas personalidades históricas e o apagamento de outras, são temas representados nas crônicas e contos publicados por este provocador “intelectual sem coleiras”, conforme bem resumiu Nelson Saúte (1998, p. 301), para quem Ba Ka Khosa afirmou: “Um indivíduo alhear-se destes dramas todos, seria estar fora desta nação. Eu sinto isto e faço-o refletir na minha escrita” (SAÚTE, 1998, p. 317).

Os textos dispersos aqui elencados indicam que grande parte dos anseios de Ungulani Ba Ka Khosa – compartilhados por outros pensadores moçambicanos – parecem estar relacionados à escolha política feita a partir da independência nacional que, esperava-se, promoveria a

---

33 Revista *Tempo*, 24 de jun. de 1990, p. 49.

diversidade linguística, cultural, social e de pensamento do país. Segundo as próprias palavras de Ba Ka Khosa, com a independência:

Esperava-se que a secular presença islâmica e indiana, reduzida a nichos culturais bem delimitados, ganhasse outra amplitude no solo pátrio, de modo a que, por exemplo, as especiarias e outros aromas, enraizados ao longo da costa, se embrenhassem pelo sertão adentro e se incrustassem no adobe das palhotas da nossa existência. Esperava-se que a língua portuguesa, língua da unidade e do desenvolvimento, partilhasse o seu espaço hegemónico na educação, na informação, nos espaços públicos e privados, com outras línguas, tal como aconteceu nos princípios do século XX, quando na reduzida cidade de Lourenço Marques havia espaço para um jornal bilingue, português/ronga, o *Africano* e, posteriormente, *O Brado Africano*, e um diário em língua inglesa, o *Lourenço Marques Guardian*. A língua portuguesa nunca saiu beliscada desse convívio multilíngue. Com a independência esperava-se, enfim, que as várias identidades ganhassem cidadania e contribuíssem, na sua diversidade, para a construção do tecido identitário moçambicano. Mas tal não aconteceu. (Ba Ka Khosa, 2015, p. 128-129)

Mas tal não aconteceu e é justamente na imprensa do país que Ungulani Ba Ka Khosa encontra o primeiro espaço para compartilhar suas angústias, tecer suas críticas, fazer provocações e, sobretudo, propor outros horizontes possíveis.

## FONTES JORNALÍSTICAS CONSULTADAS

KHOSA, Ungulani Ba Ka. A cidade e os poetas. **Tempo**, Maputo, nº 893, nov. de 1987, p. 47-48.

\_\_\_\_\_. A minha morte. **Diário de Moçambique**, Beira, 11 de dez. de 1982, p. 8-9.

\_\_\_\_\_. As minhas dúvidas. **Savana**, Maputo, 3 de jun. de 1994, p. 20.

\_\_\_\_\_. A morte de Mputa. **Diário de Moçambique**, Beira, 9 de set. de 1989, p. 8-9.

\_\_\_\_\_. A Praga. **Tempo**, Maputo, nº 880, ago. de 1987, p. 42-46.

\_\_\_\_\_. A permissividade do moçambicano. **Savana**, Maputo, 29 de julho de 1994, p. 20.

\_\_\_\_\_. Confissão. **Tempo**, Maputo, nº 716, jul. de 1984, p. 40-42.

\_\_\_\_\_. *Dirce, minha Deusa, nossa Deusa*. **Diário de Moçambique**, Beira, 27 de nov. de 1982, p. 8-9.

\_\_\_\_\_. Dois anúncios. **Diário de Moçambique**, Beira, 8 de jan. de 1983, p. 8.



\_\_\_\_\_. Fábula do Futuro. **Tempo**, Maputo, nº 1028, jun. de 1990, p. 49.

\_\_\_\_\_. Fragmentos de um Diário. **Tempo**, Maputo, nº 892, nov. de 1987, p. 47-50.

\_\_\_\_\_. O culto da irreverência. **Savana**, Maputo, 8 de jul. de 1994, p. 23.

\_\_\_\_\_. Rascunhos de uma história para escrever. **Tempo, Maputo**, nº 845, dez. de 1986, p. 42-43.

\_\_\_\_\_. Ualalapi. **Diário de Moçambique**, Beira, 25 de jul. de 1987, p. 6-7.

\_\_\_\_\_. 25 de junho. **Savana**, Maputo, 24 de jun. de 1995, p. 20.

MENDES, Orlando. Literatura em liberdade. **Diário de Moçambique**, 27 de nov. de 1982, p. 9

“Carta do Leitor”. **Diário de Moçambique**, Beira, 10 de nov. de 1982, p. 13.

“Opinião Divulgação”. **Diário de Moçambique**, Beira, 11 de dez. de 1982, p. 13.

“Orientações para disciplinar a comercialização de calçado. **Diário de Moçambique**, Beira, 11 de dez. de 1982, p.

SAGUATE, Iscariotes. Descomprometer o PRE. **Tempo**, Maputo, 23 de ago. de 1987, p. 50.

## REFERÊNCIAS

BA KA KHOSA, Ungulani. Memórias perdidas, identidades sem cidadania. Coimbra: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº. 106, maio de 2015, p. 127-132.

\_\_\_\_\_. **Cartas de Inhaminga**. Maputo: Alcance, 2017.

BASTO, Maria-Benedita. Relendo a literatura moçambicana dos anos 80. RIBEIRO, Margarida Calafate e MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Moçambique: das palavras escritas**. Porto: Edições Afrontamentos, 2008, p. 77-110.

CAPELA, José. A Imprensa de Moçambique até a independência. RIBEIRO, Fátima e SOPA, Antônio (Orgs.). **140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos**. Maputo: AMOLP, 1996, p. 12-27.

CHABAL, Patrick. **Vozes Moçambicanas: Literatura e nacionalidade**. Lisboa: Vejga, 1994, p. 309-315.

FONSECA, Isadora de Ataíde e GARCIA, José Luís. A imprensa e a emergência do jornalismo no Moçambique monárquico. São Paulo, **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 3, n.º. 1, 2013.

LABAN, Michel. **Moçambique. Encontro com escritores**, vol. 3. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1998, p. 1041-1080.

LEITE, Ana Mafalda. Tópicos para uma história da literatura moçambicana. RIBEIRO, Margarida Calafate e MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Moçambique: das palavras escritas**. Porto: Edições Afrontamentos, 2008, p. 47-76.

MACHAVA, Benedito. Reeducation Camps, Austerity, and the Carceral Regime in Socialist Mozambique (1974-79), **Journal of African History**, v. 60, n.º. 3, 2019, p. 429-455.

MBEMBE, Achille. **On the postcolony**. Berkeley: University of California Press, 2001.

MOYANA, Salomão. Savana, um projeto em execução. RIBEIRO, Fátima e SOPA; Antônio (ORGs). **140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos**. Maputo: AMOLP, 1996, p. 145-151.

NGOMANE, Nataniel. Breve panorama das páginas literárias moçambicanas. RIBEIRO, Fátima e SOPA; Antônio (ORGs). **140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos**. Maputo: AMOLP, 1996, p. 229-235.

NOA, Francisco. Da Literatura e da Imprensa em Moçambique. RIBEIRO, Fátima e SOPA; Antônio (Orgs). **140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos**. Maputo: AMOLP, 1996, p. 237-242.

\_\_\_\_\_. Literatura moçambicana: os trilhos e margens. RIBEIRO, Margarida Calafate e MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Moçambique: das palavras escritas**. Porto: Edições Afrontamentos, 2008, p. 35-46.

RIBEIRO, Fátima. Moçambique, março de 1995: O português da Imprensa. RIBEIRO, Fátima e SOPA; Antônio (Orgs). **140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos**. Maputo: AMOLP, 1996, p. 253-280.

SAÚTE, Nelson. **Os habitantes da memória: entrevistas com escritores moçambicanos.** Praia-Mindelo: Centro Cultural Português, 1998.

TRINDADE, Catarina Cortesão Casimiro N. **“Tem vida esta coisa!”: construção e actualização do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique.** Tese de Doutorado em Antropologia Social. Campinas, UNICAMP, 2020.

VASCONCELOS, Leite de. Algumas reflexões sobre a imprensa pós-independência. RIBEIRO, Fátima e SOPA; Antônio (Orgs). **140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos.** Maputo: AMOLP, 1996, p.139-143.

YOUNG, Crawford. The End of the Post-Colonial State in Africa? Reflections on Changing African Political Dynamics. **African Affairs**, v. 103, n°. 410, 2004, p. 23-49.